

PAULA ALEXANDRA NASCIMENTO

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS
CI-ISCE

CATARINA TOMÁS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA,
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CICS.NOVA.FCSH NOVA

JOANA CAMPOS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA,
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CIES-IUL

CONCEÇÕES E PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DE TÉCNICOS/AS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO SOCIAL

Sumário:

- I - Associativismo e os/as Técnicos Superiores de
Educação Social: enquadramento do tema**
 - II - A quem e como? Opções metodológicas e o roteiro
ético**
 - III - Quem são os/as TSES? Caracterização dos sujeitos
participantes**
 - IV - Que dizem os/as TSES? As concepções e as práticas
associativas**
 - V - Considerações finais**
- Referências bibliográficas**

O presente artigo apresenta as conceções e as práticas associativas de 139 Técnicos/as Superiores de Educação Social em Portugal. Metodologicamente optou-se por um estudo de carácter misto e os dados recolhidos foram suportados em duas técnicas: análise documental (fontes internas e externas) e inquérito por questionário, por amostragem não probabilística, com recurso à técnica “bola de neve”, ao qual responderam 139 Técnicos/as Superiores de Educação Social (TSES). A análise e discussão dos resultados apontam para elementos importantes para a compreensão do associativismo dos TSES, nomeadamente, o reconhecimento de múltiplos fatores que influenciam a mobilização destes profissionais para o associativismo. Não obstante, para os/as inquiridos/as a prática associativa profissional parece não ser prioritária.

Palavras-chave: Técnicos/as Superiores de Educação Social, Conceções e Práticas Associativas, Associações de Profissionais em Portugal.

I - ASSOCIATIVISMO E OS/AS TÉCNICOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO SOCIAL: ENQUADRAMENTO DO TEMA

O associativismo dos/as Técnicos/as Superiores de Educação Social (TSES) é pouco representativo do número estimado de licenciados/as em Educação Social (ES). Esta constatação, a partir de dados estimados, resulta do facto de haver pouca investigação sobre o associativismo deste grupo profissional em Portugal e, conseqüentemente, uma manifesta falta de conhecimento sobre os processos e as práticas associativas dos mesmos, a nível nacional. A partir do reconhecimento desta necessidade foram definidas a problemática do estudo, levado a cabo em 2018.

A questão de partida, estava sustentada na vontade de conhecer o associativismo dos/as TSES em Portugal e, neste artigo, apresentam-se as conceções e as práticas associativas dos/as TSES inquirido/as em Portugal. A partir da interlocução entre a Sociologia das Profissões e a ES, conceitos como profissão, profissionalização e associações de profissionais assumem protagonismo na análise das diferentes etapas do percurso histórico do grupo profissional, em particular das associações dos profissionais de ES, no quadro do movimento associativo (MA) e, ainda, da formação em ES. No que diz respeito a esta última dimensão, destacamos como primeiro “marco” a criação de Institutos

de Preparação de Agentes de Ação Social, em 1962, em Angola (zona colonial, território ocupado por Portugal até 1975), na qual a ES aparece como uma das cinco especialidades que o constituem (Portaria nº 19091/62, de 26 de março), seguido, da especificação dos cursos que deram origem ao início da profissionalização do grupo profissional dos/as Educadores/as Sociais. Ainda que de forma sintética, é importante identificar três grandes marcos neste processo: a criação do curso que conferia o diploma de ES, que atribuía a equivalência ao 12º ano (nível III) (Portaria nº 1017/81 de 25 de novembro); o desenvolvimento dos cursos superiores, em 1989, que inicialmente equivaliam a primeiro grau (nível II) (Portaria nº 943/89 de 21 de outubro); e a implementação dos cursos bietápicos de licenciatura, em 1999, atingindo-se assim o segundo grau (nível I) (Portaria nº 495/99 de 12 julho). Desde 1999 até à atualidade, na formação superior em ES foram homologados 15 cursos nos dois subsistemas de ensino superior: universidades (1 pública e 2 privadas) e politécnicos (7 públicos e 5 privados)¹.

Relativamente ao associativismo profissional dos/as TSES, até ao início de 2018, havia registo de duas associações dirigidas aos profissionais em ES: a Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social - APTSES, que foi constituída em 2008, cujo objetivo principal é “promover e aprofundar o espírito associativo entre os profissionais de Educação Social, representar os seus interesses e velar pelos seus direitos” (2008, artigo 3.º) e “intervir em todo e qualquer assunto dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, com excepção dos específicos da actividade sindical” (*ibid*, alínea 3); e a Associação Promotora da Educação Social - APES, com atividade legal desde 2012, que procura “desenvolver e empreender atividades que promovam efetivamente, dinamizando a Educação Social, contribuindo nomeadamente, para fomentar a valorização cultural e profissional dos educadores sociais e dos técnicos superiores de educação social” (2012, artigo 2.º).

A fraca expressão do número de associados nestas duas associações, relatadas nos pedidos de colaboração enviados às duas associações, e o facto de terem passado já cerca de 30 anos de formação na área permitem concluir que o associativismo do grupo em estudo se aproxima do plano geral no que ao

¹ No ano letivo de 2017/2018 eram lecionados o primeiro ciclo de estudos em ES em 12 instituições de ensino superior.

movimento associativo (MA) nas últimas décadas em Portugal diz respeito. São vários os autores que nas suas análises têm vindo a dar conta disso, considerando que o movimento associativo, em Portugal, é marcado por um decréscimo de interesse por parte dos indivíduos em se associarem (Ferreira, 2008; Coelho, 2008; Namorado, 2017). Ainda que nem sempre tenha sido essa a realidade do país.

Com o 25 de Abril de 1974 o direito à livre associação é adquirido, logo de seguida é consagrado pela Constituição da República Portuguesa, em 1976. Nesta altura, despontam novos tipos de associações como respostas às necessidades emergentes, como por exemplo as associações de moradores, as de estudantes, as de jovens, as cooperativas de habitação, as de desenvolvimento comunitário, as de defesa do ambiente e do património, entre outras (Amaro, 2010; Rasteiro, 2015; Pereira, 2016).

Incidindo na dimensão cívica das associações, Namorado (2017) afirma que após os anos 80, verifica-se o aumento da consciência social, e, por conseguinte, da solidariedade social. Consciencialização que acarretou mudanças nos percursos do associativismo, uma vez que as ações do Sector Não Lucrativo, o Terceiro Setor e as associações de integração social mobilizaram mais associados/as do que as manifestações públicas, ativistas e de luta pelos direitos sociais, produzindo crises de militância nas estruturas de defesa dos interesses dos grupos, como os sindicatos, os partidos políticos e as associações cívicas.

Coelho (2008) acentua esta perspetiva, ao mencionar que a falta de confiança no sistema democrático, as assimetrias no desenvolvimento social e a fragilidade das relações sociais distancia os indivíduos das associações. Segundo o autor, a debilidade do associativismo é reflexo das atitudes individualistas motivadas pela necessidade de competitividade, pela necessidade individual de manter e consolidar privilégios e posições sociais, pela incredulidade da ação política e pela ausência da verdadeira solidariedade. Esta ideia é reforçada por Garrido (2016) quando defende que os indivíduos procuram as associações no sentido de resolverem os problemas com que se debatem no quotidiano, quer de ordem social, cultural ou económica. Veiga (2005) acrescenta duas peculiaridades de influência para o interesse e motivação para o associativismo, as de carácter individual e as de grupal. Na primeira, encontram-se fatores como a informação, o desenvolvimento pessoal e a partilha de poder; na segunda, os indivíduos procuram a defesa dos interesses coletivos, de grupos específicos, a comunicação e a relação com o exterior, a valorização pública e a influência na deliberação política.

Compreendemos, assim, que a discussão sobre o associativismo e a movimentação de determinados grupos requer um debate teórico sobre o papel das associações no mundo globalizado, uma vez que as organizações, à semelhança da sociedade civil, “não estão privadas de ambiguidades, contradições, hierarquias, conflitos e disputas de poder” (Ballestrin, 2010, p. 50). Como defendem Pereira, Samara e Godinho (2016):

O movimento associativo contemporâneo pode ser entendido como uma realidade heterogénea, dinâmica e porosa, em articulação com as diferentes conjunturas e tempos históricos e com as outras entidades que se estruturam nos campos político, social, económico e cultural (p.7).

Subentendendo-se, o MA não pode ser observado como uma unidade isolada do todo social. Por conseguinte, o conhecimento teórico e metodológico deste movimento é fundamental para uma melhor compreensão dos processos de desenvolvimento das associações. Face a esta realidade, apresenta-se de seguida a análise geral das práticas associativas dos/as TSES.

II - A QUEM E COMO? OPÇÕES METODOLÓGICAS E O ROTEIRO ÉTICO

Tendo como objetivo conhecer e caracterizar as práticas associativas dos/as TSES, assim como identificar e mapear as motivações, perceções e as expectativas dos TSES em relação às associações de profissionais, optou-se por uma metodologia de carácter misto (quantitativa e qualitativa). Para este artigo, apresentam-se somente os dados que resultam do inquérito por questionário aplicado a indivíduos habitantes em Portugal com grau de licenciatura em ES. Atendendo a que não se conhecia a extensão da população em análise e face à inexistência de uma listagem de contactos de TSES, constitui-se uma lista de sujeitos através da amostragem não probabilística “bola de neve”. O processo multietápico de criação da amostra apoiou-se num programa de participação nas redes sociais (*Facebook*), nos contactos pessoais e/ou profissionais e na partilha de características comuns. No final, foram 139 os/as inquiridos/as.

O inquérito por questionário estava estruturado em três secções – caracterização sociodemográfica, profissional e associativa - tendo por base os objetivos do estudo e a revisão da bibliografia. A par de perguntas de tipo

fechado (características das abordagens quantitativas) recorreu-se também a perguntas do tipo abertas (características de abordagens qualitativas).

Para a concretização do inquérito por questionário realizou-se inicialmente um pré-teste. Depois das alterações sugeridas, disponibilizou-se on-line, através da plataforma *Google Forms*, no período entre 1 maio e 17 junho de 2018. Neste período, desenvolveram-se outras diligências, nomeadamente, o envio de pedidos de divulgação e de colaboração no preenchimento do instrumento a coordenadores/as das instituições de ensino superior com cursos de licenciatura e de mestrados na área, às associações dos profissionais de TSES e a outros contactos pessoais, com colocação periódica do inquérito por questionário no *Facebook*.

No tratamento dos dados foi utilizado o software IBM-SPSS Statistics versão 24 (Chicago, IL, EUA) e o nível de significância estabelecido foi de $\alpha=0,05$. Foram calculadas estatísticas descritivas, incluindo média, desvio padrão, frequências e percentagens, para todas as variáveis na totalidade da amostra.

De referir, ainda, uma constante preocupação de natureza ética (Tomás, 2011), o que implicou a procura da objetividade, o uso da informação privilegiada e o consentimento informado. Impondo uma reflexão contínua sobre os propósitos da investigação e objetivos a alcançar, procurando o exercício de (auto)crítica transversal à totalidade das etapas e procedimentos metodológicos, seja na recolha de dados, seja na análise dos resultados.

III – QUEM SÃO OS/AS TSES? CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

No procedimento de recolha e análise de dados, foram rececionados 155 questionários, tendo 16 sido invalidados por os sujeitos não possuírem licenciatura em ES ou equivalência. Assim, a amostra foi constituída por 137 sujeitos com licenciatura em ES, 1 com bacharelato² em ES e 1 omissio (legitimado na questão situação face ao emprego por afirmar ter contrato de trabalho como TSES), perfazendo um total de 139 sujeitos validados.

² Reclassificados os/as profissionais de ES que tinham frequência de bacharel e cursos bietápicos de nível I e II - BTE n.º 31/2015 de 22 de agosto.

A análise do questionário, numa primeira dimensão, foi possível caracterizar socio demograficamente os/as inquiridos/as, em relação ao sexo, à idade, ao local de residência, às habilitações académicas, à situação na profissão e à participação associativa.

A amostra era maioritariamente constituída por mulheres (94,2%), com idades compreendidas entre os 24 e os 38 anos (68, 4%). De referir a pouca expressão de inquiridos com idades acima dos 44 anos (7,3%). A maioria residia em Portugal Continental (16 concelhos), com maior número de respostas por parte de quem reside em Lisboa e no Porto. Coincidentes, estas duas cidades, com a localização do maior número de instituições de ensino superior com a licenciatura em ES: Lisboa tem duas, o Instituto Superior de Ciências Educativas e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; e o Porto tem três, o Instituto Politécnico do Porto, a Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e a Universidade Portucalense. De referir, ainda, que é também nestas cidades que estão localizadas as sedes das associações de TSES, a APES em Lisboa e APTSES no Porto. Em relação às habilitações académicas, apresentavam um número significativo de sujeitos com grau superior à licenciatura (37,4%), distanciando-se do panorama identificado na revisão da literatura.

Na questão que caracterizava os/as inquiridos/as face ao trabalho, os resultados mostraram que 74,1 % estavam empregados/as, sendo que os restantes se encontravam em situações diversificadas, que iam desde a situação de desemprego, a realização de estágio, a estudar e em situações não identificadas. Ainda, dos que se encontravam empregados/as, 53,2% tinham contrato como TSES e a maioria trabalhava no setor privado, ou seja, a amostra era maioritariamente representada por TSES que exercem uma ação profissional na área de formação.

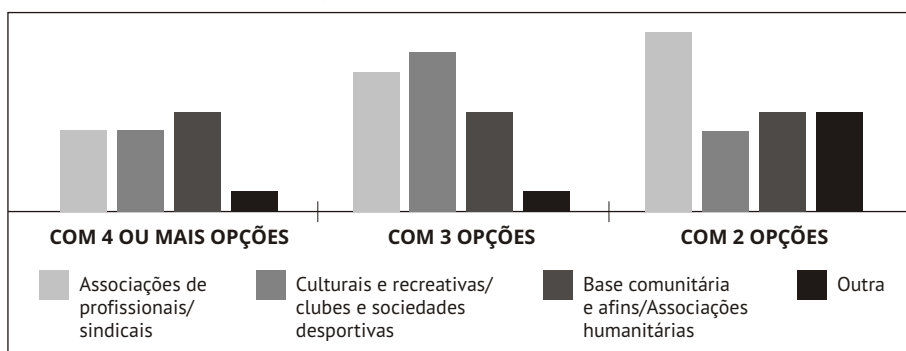
IV - QUE DIZEM OS/AS TSES? AS CONCEÇÕES E AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS

No que se refere à prática associativa deste grupo profissional, 35,3% (n=49) dos/as inquiridos/as afirmaram nunca ter pertencido a nenhuma associação, ou seja, *Não têm Práticas Associativas*, sendo afirmado por 64,7% (n=90) o contrário, ou seja, ter pertencido ou pertencer a uma ou mais associações - *Com Práticas Associativas*.

O primeiro grupo, *Não têm Práticas Associativas*, quando questionados sobre as razões para não assumirem compromissos formais associativos apontam causas diversificadas. Na sua maioria, relacionadas com fatores de caráter intrínseco e de configuração subjetiva: tempo e indisponibilidade, falta de interesse e falta de oportunidade em se associarem. No grupo *Com Práticas Associativas* os dados apontaram que 19,4% combinam mais que um tipo de associações, dentro dos quais 18% (n=5) tinham práticas associativas em quatro ou mais tipos de associações. Quanto ao seu envolvimento pode ser considerado um MA diferenciado, contudo, ao agrupar as opções associativas por atividade/ramos sobressaiu a adesão ao subgrupo das associações de profissionais e sindicatos à qual se seguiram as associações culturais e recreativas como clubes e sociedades desportivas, associações de base comunitária, ONG e de organizações sem fins lucrativos como as associações humanitárias, como se pode observar na figura 1.

Relativamente aos anos de pertença associativa, o seu envolvimento no MA, o tempo de pertença associativa é variado, entre 1 e 20 anos, sendo n=4 a ultrapassarem os 20 anos, havendo registos de sujeitos com mais de 20 anos, de salientar o facto de 20,1% (n=28) ter sido ou ser dirigentes em associações, especialmente de associações de cariz comunitário (IPSS, Associações de Jovens, Universidades Sénior e Associações de Moradores).

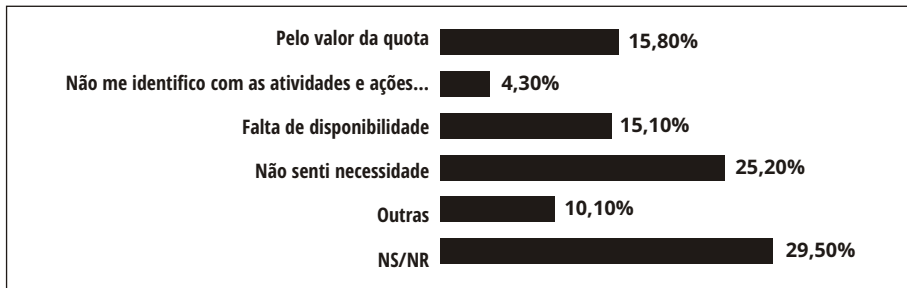
Figura 1. Distribuição dos/as inquiridos/as face às práticas associativas



Nas questões sobre o seu conhecimento das duas associações profissionais, 84,2% (n=117) afirmaram conhecer a APTSES e a APES. Contudo, apenas 18% eram associados das associações em referência. A participação diminuta para a prática associativa profissional estava relacionada com o reconhecimento de interesses e benefícios pessoais que não reconheciam nas associações em questão.

Apontavam para não se associarem causas semelhantes às das apontadas no associativismo em geral, ou seja, a ausência de necessidade e questões de ordem financeira, nomeadamente o valor da quota, ver na figura 2.

Figura 2. Caracterização dos/as inquiridos/as quanto à razão pela qual não se associam nas associações de profissionais



O inquérito por questionário integrava ainda, um quadro com 18 itens que expressavam as motivações para os indivíduos se associarem, pediu-se a identificação das três principais motivações para o associativismo profissional, estes itens foram elencados com base na revisão da literatura (Larson, 1977; Abbott, 1988; Rodrigues, 2002; Ennes & Marcon, 2014). O total de 216 respostas, foi recodificado de 0 e 1 e constituído um conjunto de três categorias: categoria 1 - *regulação profissional* (e.g. estrutura de licenciamento e prescrições normativas, cumprimento profissional e ético, proteção e legitimação profissional); categoria 2 - *acesso e benefícios disponibilizados pelas associações* (e.g. protocolos, acesso a publicações, ofertas de emprego e formação); e, categoria 3 - *forma de ser e estar numa profissão* (e.g. estatuto e status social através da profissão).

Não obstante tratar de grupos heterogêneos em relação à sequência das suas motivações, os resultados mostraram que a principal motivação dos inquiridos/as incidia sobre um MA de defesa “defender a profissão e os seus profissionais” (11,1% em um e 15,5% em outro). Ressalvando, para o grupo *Com Práticas Associativas* a priorização recaía nas ações relacionadas com a regulação, proteção e legitimação profissional (nos 4 primeiros itens) seguidos dos itens relacionados com os acessos a informação e benefícios. Quanto ao grupo *Sem Práticas Associativas* não se verificou uma ordem, ou seja, a análise não permitiu que se traçasse uma priorização de preferências, pois as respostas estavam distribuídas de modo equitativo pelos vários dos itens sugeridos no questionário.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado neste artigo incide sobre uma área de grande atualidade científica, de manifesto valor social e de uma importante relevância no domínio da discussão sobre os “novos” grupos profissionais, coincidentes em grande medida com os “novos licenciados” (Rodrigues, Oliveira & Carvalho, 2007) e ainda pouco estudados, como inicialmente demos conta. No caso dos TSES os resultados da pesquisa, ainda que sem que haja possibilidade de generalização para o grupo profissional, apontaram para uma proximidade aos perfis de inserção profissional (Ramos, Parente & Santos, 2014) para os profissionais do Trabalho Social (Campos & Delgado, 2018).

Os dados recolhidos, que neste artigo se apresentam, assumem relevância académica no sentido que permitiram identificar e analisar práticas e conceções associativas de TSES, em Portugal. Não obstante, considerando os anos de implementação dos cursos e o número de instituições de ensino superior que ministram formação nesta área, no 1.º e 2.º ciclos, a amostra acabou por acolher um número reduzido de sujeitos (139), pelo que os dados não devem ser extrapolados.

Trata-se de um primeiro exercício de sistematização de perfis profissionais de TSES. Os dados possibilitaram a identificação de dois grupos distintos, os *Sem Práticas Associativas* e *Com as Práticas Associativas*.

A múltipla participação em diversificadas estruturas e formas associativas apresentou alguma expressividade, isto é, 1/5 dos/as participantes pertenciam a mais do que uma associação, fundamentalmente nas formas de associativismo mais ligadas ao apoio à comunidade e responsabilidade social corporativa (IPSS, MA juvenil, recreativo e cultural). Vindo a reforçar o carácter de importância destas estruturas/formas de associativismo no que se refere ao reforço comunitário e na intensificação dos laços desenvolvidos pelas instituições do Terceiro Setor e do Sector Não Lucrativo (Namorado, 2017).

Na sua maioria os inquiridos afirmaram conhecer as duas associações, a Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social - APTSES e a Associação Promotora da Educação Social - APES. Mais, priorizaram neste tipo de associativismo ações que potenciam o desenvolvimento pessoal e profissional. Em relação ao afastamento e/ou indisponibilidade para a prática associativa profissional está relacionada com o (não) reconhecimento de interesses e benefícios pessoais nestas estruturas e com a dimensão económica (pagamento de quotas).

Em ambos os grupos, a regulação e legitimação profissional, bem como o acesso à informação disponibilizados pelas associações em relação à sua profissão, assumiam prioridades nas suas motivações, ao contrário do estatuto social alcançado através da profissão, que não apresentava grande expressividade, nem se apresentava como uma prioridade para o grupo de inquiridos/as.

Ao apurar o grau de importância atribuída ao associativismo profissional os/as TSES reportaram uma média de satisfação de 8,5 pontos. Este dado parece indicar alguma contradição com os dados anteriormente mencionados. Se por um lado, atribuem um grau elevado de importância ao associativismo profissional, por outro, as suas práticas associativas vão em sentido contrário.

Finalmente, seria importante considerar em investigações futuras, a realização de uma análise mais robusta sobre as práticas associativas, a partir de uma amostra maior. Uma outra pista de investigação visaria caracterizar os processos e as práticas das associações profissionais.

Referências Bibliográficas

- Amaro, C. (2010). *S.O.I.R. Joaquim António D'Aguiar Espaço centenário de educação popular e animação sociocultural: novas dinâmicas e outros públicos* (Dissertação de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, Instituto Politécnico de Portalegre Escola Superior de Educação). Consultada em <https://tinyurl.com/y7jqnmg2>
- Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social (2008). *Estatutos*. Consultado em <http://www.aptses.pt/>
- Associação Promotora da Educação Social (2012). *Estatutos*. Consultado em <https://tinyurl.com/y7whng22>
- Azevedo, S. (2013). A educação social não pode continuar a ser vista como uma área onde todos opinam! *Revista praxis educare*, 1, 5-8.
- Ballestrin, L. (2010). Associativismo transnacional: uma proposta analítico-conceitual. *Revista Sociologia Política*, 18, 35, 41-54.
- Campos, J. & Delgado, L. (2018). Profissionais do Trabalho Social em Portugal: formação inicial e avançada, In L. Cabrera, (Coord.) *Fracturas sociales y educativas: desafíos para la Sociología de la Educación*, Valencia: Institut de Creativitat i Innovacions Educatives de la Universitat de València, 107-12.
- Coelho, S. (2008). (N)o mundo (d)a (revira)volta – formas alternativas de distribuição numa era de globalização: o Comércio Justo. *Actas do VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Dubar, C. & Tripier, P. (2003). *Sociologie des Professions*. Paris: Armand Colin.
- Ennes, M. & Marcon, F. (2014). Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Revista Sociologias*, 16 (35), 247-305.
- Ferreira, P. (2008). Associações e democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 109-130.
- Fortin, M. (2006). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusociência.
- Garrido, A. (2016). *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*. Lisboa: Tinta da China
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'Agir Communicationnel*. Paris: Fayard.

- Namorado, R. (2017). A economia social e a constituição. *A economia social em textos*, 3, 3-17.
- Pereira, J., Samara, M. & Godinho, P. (2016), Introdução. In J. Pereira, M. Samara & P. Godinho (Orgs.), *Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo* (pp.6-9). Lisboa: IHC-FCSH/NOVA.
- Pereira, M. (2016). Subsídios para a história do associativismo popular - O associativismo voluntário no primeiro quartel do século XX. *Análise Associativa*, 3, 17-24.
- Portaria n.º 1017/81 de 25 de novembro. *Diário da República n.º 272, Série I*. Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação e das Universidades, Lisboa.
- Portaria n.º 19091/62, de 26 de março. *Diário do Governo n.º 67, Série I*. Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional, Lisboa.
- Portaria n.º 495/1999 de 12 de julho. *Diário da República n.º 160, Série I-B*. Ministério da Educação, Lisboa
- Portaria n.º 943/1989 de 21 de outubro. *Diário da República n.º 243, Série I*. Ministério da Educação, Lisboa
- Ramos, M, Parente, C, Santos, M (2014). Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional, *Educação e Pesquisa*, vol.40, 2, 338-400
- Rasteiro, D. (2015). Uma cidade educadora é uma cidade inclusiva. Caderno de Resumes VI Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Consultado em <https://tinyurl.com/y739qtg9>
- Rodrigues, M. L.; Oliveira, L.; Carvalho, H. (2007). Profissionais qualificados e sociedade do conhecimento, In Costa, A. F., Machado, F.L. & Ávila, P. (orgs) *Sociedade e conhecimento, Portugal no contexto europeu*, vol II. Oeiras: Celta Editora, 103-121.
- Tomás, C. (2011). *Há muitos mundos no mundo: Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Edições Afrontamento.
- Veiga, J. (2005). *Território e desenvolvimento. Local*. Oeiras: Celta